

Plano de Desenvolvimento Social



Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

novembro
2024-2029

Conselho Local da Ação Social de Figueira de Castelo Rodrigo

Documento atualizado no âmbito do Projeto Radar Social de Figueira de Castelo Rodrigo

Aprovado em reunião de CLAS a 14 de novembro de 2024

Índice:

Introdução.....	3
O que é o Desenvolvimento Social?.....	4
O que é o Plano de Desenvolvimento Social?.....	6
Para que serve o Plano de Desenvolvimento Social?.....	6
O Plano de Desenvolvimento Social como processo de Planeamento Estratégico.....	6
As vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social.....	7
Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento	9
Nível Europeu.....	9
Europa 2030.....	10
Nível Nacional.....	12
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).....	12
COMPETE 2030	13
Inovação e Conhecimento	14
Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação.....	14
Qualificação, Formação e Emprego.....	14
Energia e alterações climáticas.....	14
Economia do Mar	14
Competitividade e coesão dos territórios do litoral.....	14
Competitividade e coesão dos territórios do interior	14
Agricultura/florestas	15
Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)	15
Núcleo de garantia para a Infância	16
Radar Social.....	16
Plano Nacional de Saúde (PNS).....	17
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)	19
Nível Regional/Local.....	20
CENTRO 2030	20
PDM de Figueira de Castelo Rodrigo	21
Carta Educativa de Figueira de Castelo Rodrigo	21
Metodologia.....	22
Eixo 1- Apoio a Grupos em Situação de Fragilidade Social (crianças, jovens e minorias étnicas).....	23

Problemas	23
Minorias étnicas.....	23
Objetivos Gerais	23
Objetivos Específicos	24
Estratégias / Ações.....	24
Parcerias.....	25
Recursos	26
Projetos e Candidaturas	27
Acompanhamento e Avaliação	27
Problemas	28
Objetivo Geral	29
Objetivos Específicos	29
Estratégias.....	29
Parcerias.....	29
Recursos	30
Projetos e Candidaturas	30
Acompanhamento e Avaliação	31
Eixo 3 - Promoção da qualidade de vida da população idosa.....	31
Problemas	31
Objetivo Geral	32
Objetivos Específicos	32
Estratégias /Ações.....	32
Parcerias.....	33
Recursos	33
Projetos e Candidaturas	34
Acompanhamento e Avaliação	35
Eixo 4 – Preservação do Ambiente.....	36
Problemas	36
Objetivo Geral	36
Objetivos específicos.....	36
Estratégias/ Ações.....	37
Recursos e Parcerias	38
Projetos e Candidaturas	39
Acompanhamento e Avaliação	39

Introdução

No sentido de diminuir a pobreza e exclusão e de aumentar o desenvolvimento social, o Conselho Local de Ação Social (CLAS) do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, de forma participada e integrada, reuniu informações, discutiu pontos de vista e delimitou estratégias de intervenção de forma articulada.

O Diagnóstico Social permitiu identificar constrangimentos, potencialidades e delinear assim propostas de intervenção, valorizando sempre os agentes locais e atuando sempre diretamente no terreno. Aproveitar e racionalizar recursos, promover a consciencialização coletiva relativamente aos problemas sociais e incentivar a intervenção interinstitucional.

A construção do Plano de Desenvolvimento Social implica esforços de articulação interinstitucional e técnico a ponto de conduzir a algumas vantagens tais como:

- A integração de medidas e políticas locais, regionais, nacionais e comunitárias;
- A racionalização e adequação de recursos e iniciativas dos serviços e organizações;
- O desenvolvimento de ações preventivas e remediativas;
- A participação e responsabilização da população.

O que é o Desenvolvimento Social?

A noção de Desenvolvimento Social surgiu a partir das críticas a modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de “cima para baixo”. Partia-se de uma visão funcionalista do desenvolvimento no território, em que se supunha que um nível de crescimento económico satisfatório, alcançado por determinadas regiões, seria o motor da generalização do bem-estar e da prosperidade noutras regiões. Em Portugal, são bem conhecidos os efeitos deste tipo de conceções: desequilíbrios fortíssimos no espaço nacional, geradores de processos de desertificação, envelhecimento demográfico e empobrecimento generalizado das regiões do interior do país; e graves desigualdades sociais, problemas de ordenamento territorial e agressão ambiental, nos polos industrializados e urbanizados. As noções de desenvolvimento local, desenvolvimento

humano, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento social vieram contestar estes modelos e trazer perspetivas alternativas.

No que diz respeito ao Desenvolvimento Social, as suas bases foram definidas sobretudo em torno de um conjunto de princípios e de um programa de ação que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar e que Portugal também subscreveu. Trata-se por isso de uma noção mais normativa que propriamente teórica ou académica. É com base nesses princípios/metapas que se pretende que sejam orientados os esforços do Plano de Desenvolvimento Social, com as respetivas ressalvas que dizem respeito às diferenças do contexto português.

Considera-se como pilares do Desenvolvimento Social:

- a erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza mais extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de uma maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis;
- a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do autoemprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação);
- a integração social entendida como a construção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis: a proteção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc.;
- o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas das estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.

Estes pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social assentam por sua vez, sobre um conjunto de pressupostos:

1. Uma noção de Desenvolvimento Sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente.

2. A transparência na administração em todos os sectores, eliminando as formas de discriminação, encorajando as parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil e favorecendo os mecanismos de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.

O que é o Plano de Desenvolvimento Social?

Um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também os efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode dizer -se que o Plano de Desenvolvimento Social traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos concelhos e freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

Para que serve o Plano de Desenvolvimento Social?

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e coletivas. O seu objetivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer elas sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo CLAS (através do Plano de Ação), quer elas sejam propostas fora do âmbito do CLAS.

Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Social procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social dos Concelhos.

O Plano de Desenvolvimento Social como processo de Planeamento Estratégico

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às rápidas transformações que ocorrem nas sociedades modernas. Trabalhar com base nesta perspetiva tem uma série de implicações, designadamente.

1. Planear de forma integrada, tendo em conta todas as dimensões dos problemas que têm que ser consideradas nas soluções;
2. Planear não só os objetivos a alcançar, mas dar igual importância às formas de os alcançar, assegurando a participação efetiva de todos aqueles que nele estarão implicados ou que por ele serão afetados, tendo em conta os recursos humanos, materiais, o calendário para a implementação, etc. Para tal, procura-se contratualizar:
 - i. uma visão conjunta da situação e das transformações mais urgentes e possíveis a desencadear pelo Plano;
 - ii. as atribuições de cada um dos parceiros na fase de implementação;
 - iii. o modo como serão afetados os recursos comuns e de cada um dos parceiros;
 - iv. o modo como será feita a gestão da implementação do Plano de Desenvolvimento Social;
 - v. a participação na avaliação dos resultados da intervenção.
3. Planear tendo em conta não só, a realidade presente, mas as oportunidades e ameaças que se poderão colocar no processo de implementação do plano, de modo a prever formas de tirar partido delas ou de as contornar, respetivamente. Tal supõe que se conheçam as forças e os obstáculos internos da parceria e o modo como será feita a gestão da implementação do Plano de Desenvolvimento Social, bem como a participação na avaliação dos resultados da intervenção.
4. Planear identificando as dimensões prioritárias e mais suscetíveis de produzir mudança na realidade dos concelhos em que se intervém.

As vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social é um esforço de articulação entre vários sectores e vários parceiros que traz importantes vantagens:

- Permite integrar no local as medidas e políticas definidas nos vários níveis da Administração local, regional, nacional, nos vários sectores e ainda ao nível da União Europeia, favorecendo a sua adequação aos contextos locais, potenciando as respetivas complementaridades e detetando as suas fragilidades;
- Permite a racionalização e a adequação de recursos e das iniciativas em curso numa dada comunidade, através da articulação dos serviços e das organizações;
- Permite rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e soluções e na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução;
- Permite encontrar soluções inovadoras que a flexibilidade das estruturas mais pequenas e em contacto com as populações possibilitam.

Com este Plano de Desenvolvimento Social procura-se centrar as preocupações nas pessoas e comunidades para as quais se trabalha, já que este permite:

- Conceber intervenções continuadas e sustentáveis, dando continuidade a “boas práticas” já implementadas, procurando minorar os efeitos da contingência dos financiamentos a projetos e assegurando a sustentabilidade de percursos no sentido da inclusão e das expectativas legitimamente criadas pelas populações alvo de tais projetos;
- Proporcionar respostas às causas e não só às manifestações dos problemas e contribuir para o desenvolvimento de atuações preventivas das situações de exclusão ou do seu agravamento;
- Implicar progressivamente as populações a quem se dirige, na procura de soluções adequadas às situações.

Do ponto de vista das instituições envolvidas, o Plano de Desenvolvimento Social permite:

- Modificar as culturas institucionais no sentido da introdução de hábitos de planeamento e avaliação e do aprofundamento do trabalho em parceria;
- Facilitar o acesso a recursos e informação que poderão suportar as suas intervenções, contribuindo para atenuar algumas das desigualdades existentes;
- Valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração num projeto de conjunto.

Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento

O programa Rede Social, apesar de ter a sua génese numa linha de desenvolvimento territorial concertado, baseada numa intervenção social participada, não pode, nunca, ser dissociado de lógicas de ação mais globalizadas como planos e medidas interventivas com base em políticas definidas a nível supraconcelhio e supranacional.

Deste modo e, ainda que possamos estar perante um período transitório no que diz respeito a algumas estratégias e, alguns programas e planos de desenvolvimento, faz todo o sentido enquadrar este documento e as suas prioridades de intervenção, numa lógica de planeamento macro social (Estratégia Europa 2030; ENEA 2030; COMPETE 2030; PNAI; PNS), bem como numa lógica mais micro social (CENTRO 2030; PDM de Figueira de Castelo Rodrigo, Carta Educativa de Figueira de Castelo Rodrigo).

Nível Europeu

Europa 2030

A Estratégia Portugal 2030 é um programa que assenta em eixos estratégicos com vista ao desenvolvimento económico e social do país durante a próxima década, consubstanciando a visão de recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a EU.

Objetivos para 2030:

Política, estratégia e legislação da UE para atingir os objetivos para 2030 em matéria de ambiente, de energia e de clima.

Metas climáticas para 2030

Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da UE em 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Visão do Programa de Ação em matéria de Ambiente até 2030

Até 2030, a política ambiental europeia será regida pelo 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente (PAA).

Plano de ação para a economia circular

Medidas da UE que abrangem da produção e consumo à gestão dos resíduos e ao mercado das matérias-primas secundárias.

Objetivos de eficiência energética

A UE acordou numa meta ambiciosa em matéria de eficiência energética de redução do consumo de energia final em, pelo menos, 11,7 %, em comparação com as projeções de utilização esperada de energia para 2030.

Plano de Ação para a Poluição Zero

A UE sugere estabelecer metas globais para duas das alavancas mais eficazes da transição para as energias limpas.

Metas globais em matéria de energias renováveis e eficiência energética

A UE sugere estabelecer metas globais para duas das alavancas mais eficazes da transição para as energias limpas.

Metas em matéria de energias renováveis

A UE quer acelerar a adoção das energias renováveis para contribuir e alcançar o objetivo de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030

[Estratégia de biodiversidade da UE](#)

A estratégia da UE em matéria de biodiversidade tem por objetivo travar a perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos na UE.

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)

O PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos pretende contribuir especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo assim aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes.

Portugal procura uma trajetória de crescimento sustentável assente num modelo de desenvolvimento mais competitivo e resiliente, com menor consumo de recursos naturais e energéticos, e que, ao mesmo tempo gere novas oportunidades de emprego, de criação de riqueza e de reforço do conhecimento. Portugal está profundamente empenhado na transformação estrutural do seu modelo de desenvolvimento, procurando desta forma criar condições para uma maior coesão e convergência no contexto europeu.

A programação do Portugal 2030 é feita em torno de **cinco objetivos estratégicos da União Europeia**, para uma Europa:

- **+ Inteligente**, investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo;
- **+ Verde**, acompanhando a emergência climática e incorporando as metas da descarbonização, através do apoio à inovação e à economia circular, beneficiando os métodos de produção sustentável;
- **+ Conectada**, com redes de transportes estratégicas, mobilidade mais sustentada e com forte aposta na ferrovia;

- **+ Social**, apoiando a educação, a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, o emprego de qualidade, a formação ao longo da vida e a inclusão social, na senda das prioridades estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- **+ Próxima dos cidadãos**, apoiando estratégias de desenvolvimento a nível local, promotoras de coesão social e territorial, e apoiando o desenvolvimento urbano sustentável, baseado no conceito de interligação de redes, centrada nas necessidades das pessoas.

O Portugal 2030 tem ainda como enquadramento a **Estratégia Portugal 2030**, estruturada em torno de quatro agendas temáticas, centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal, no horizonte de 2030:

- As Pessoas Primeiro, um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento;
- Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- Um país competitivo externamente e coeso internamente.

COMPETE 2030

Refere-se ao Programa Inovação e Transição Digital.

O **COMPETE 2030** dispõe de uma dotação de 3.904 mil milhões de euros de fundos europeus para financiar investimentos essencialmente nas regiões do Norte, Centro e Alentejo, dos quais 3.504 mil milhões de euros FEDER e 400 milhões de euros FSE.

Este programa dirige-se às regiões menos desenvolvidas do continente para apoiar a inovação e competitividade, a transição energética e as competências para a competitividade.

O Programa é constituído por 3 **Objetivos Estratégicos**: Digitalização, Inovação e Qualificação.

As prioridades do Programa Portugal 2030 assentam em 8 eixos, cada um deles com os seus objetivos estratégicos:

Inovação e Conhecimento

Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação.

Qualificação, Formação e Emprego

Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego.

Sustentabilidade demográfica

Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida.

Energia e alterações climáticas

Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados.

Economia do Mar

Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos.

Competitividade e coesão dos territórios do litoral

Assegurar a dinâmica económica e a coesão social e territorial dos sistemas urbanos atlânticos.

Competitividade e coesão dos territórios do interior

Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o

desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos.

Agricultura/florestas

Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal.

Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)

O Plano Nacional de Ação para a Inclusão é outro dos planos com os quais é essencial articular o PDS do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo que este apresenta uma estratégia global ajustada à análise do contexto socioeconómico e dos seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social, que levou à definição de prioridades políticas de intervenção, com vista à concretização de objetivos comuns europeus.

Tendo como base o diagnóstico nacional no PNAI, são realçados seis grandes riscos que atingem fortemente a inclusão em Portugal:

1. Pobreza Infantil e pobreza dos idosos;
2. Insucesso escolar e abandono escolar precoce;
3. Baixos níveis de qualificação;
4. Participação diminuta em ações de aprendizagem ao longo da vida;
5. Info – exclusão;
6. Desigualdades e discriminação no acesso aos direitos das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Com vista ao combate a muitas clivagens e à posterior inclusão social dos grupos mais desestruturados, este plano assenta em três principais prioridades políticas:

1. “Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;”

2. “Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificação, como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza;”
3. “Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.”

Núcleo de garantia para a Infância

O Município assinou o protocolo de parceria para a implementação e acompanhamento do Núcleo Local da Garantia para Infância (NLGPI) em junho de 2024 com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância. O Núcleo visa construir uma estrutura especialmente dedicada a responder eficazmente às vulnerabilidades das crianças e dos jovens, e das suas famílias, através de uma abordagem integrada e multidisciplinar potenciadora de uma efetiva integração social.

Radar Social

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), surge a medida – Radar Social – Criação de 278 equipas técnicas multidisciplinares para implementação de projetos piloto, em Portugal continental, com a duração de 27 meses, de acordo com a dimensão populacional residente em cada concelho e a abrangência da intervenção, integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), da Rede Social, das Câmaras Municipais.

Fases de intervenção do projeto	Descrição dos domínios da articulação com a Rede Social e da georreferenciação -Atividades
<p style="text-align: center;">FASE 1 (Até 3 meses)</p> <p style="text-align: center;">DIAGNÓSTICO SOCIAL, PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PLANO DE AÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar os instrumentos de planeamento da Rede Social - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação, onde devem estar incluídas as atividades que irão desenvolver no âmbito do Programa Radar Social, devidamente discriminadas, com metas e respetivos indicadores. • Mapear os recursos, regionais e locais, em estreita articulação com as cartas sociais municipais, de forma a garantir maior

<p style="text-align: center;">FASE 2 (24 meses)</p> <p style="text-align: center;">GEORREFERENCIAÇÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS E EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO</p>	<p>eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções ao nível dos concelhos e das freguesias.</p> <p>Esta fase tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social. Este sistema deve ser operacionalizado em articulação com a rede de parcerias locais. • Promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional, promovendo a participação e sustentabilidade das comunidades. • Executar o Plano de Ação identificado na Fase do projeto, • devendo ter como referência as atividades descritas.
--	--

Plano Nacional de Saúde (PNS)

O direito aos cuidados de saúde é um aspeto essencial na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, valores como a equidade, a universalidade, a qualidade e a solidariedade, são pilares fundamentais, sobre os quais foi edificado o Sistema Nacional de Saúde.

O **Plano Nacional de Saúde** tem por missão:

- Afirmar os valores e os princípios que suportam a identidade do Sistema de Saúde, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde, e reforçar a coerência do sistema em torno destes;
- Clarificar e consolidar entendimentos comuns que facilitam a integração de esforços e a valorização dos agentes na obtenção de ganhos e valor em saúde;
- Enquadrar e articular os vários níveis de decisão estratégica e operacional em torno dos objetivos do Sistema de Saúde;
- Criar e sustentar uma expectativa de desenvolvimento do Sistema de Saúde através de orientações e propostas de ação;
- Ser referência e permitir a monitorização e avaliação da adequação, desempenho e desenvolvimento do Sistema de Saúde.

O Plano Nacional de Saúde tem como valores e princípios a transparência e a responsabilização que permitam a confiança e a valorização dos agentes, bem como que o sistema se desenvolva aprendendo. Para além destes destacam-se:

- O envolvimento e participação de todos os intervenientes nos processos de criação de saúde;
- A redução das desigualdades em saúde, como base para a promoção da equidade e justiça social;
- A integração e continuidade dos cuidados prestados aos cidadãos;
- Um sistema de saúde que responda com rapidez às necessidades, utilizando da melhor forma os recursos disponíveis para evitar o desperdício;
- A sustentabilidade, de forma a preservar estes valores para o futuro, em que se possa conjugar: uma população saudável; comunidades resilientes que possam dispor de uma boa rede informal de cuidados; políticas e práticas de saúde bem integradas nas outras políticas e práticas sociais e económicas; um sistema de cuidados de saúde bem concebido e centrado nas pessoas, adequado aos

objetivos, que seja eficiente, e tenha recursos humanos adequados, qualificados e a trabalhar em equipa, de modo a cuidados de saúde integrados.

Neste Plano propõem-se quatro metas, sendo elas:

1. Reduzir a mortalidade prematura (≤ 70 anos), para um valor inferior a 20%;
2. Aumentar a esperança de vida saudável aos 65 anos de idade em 30%;
3. Reduzir a prevalência do consumo de tabaco na população com ≥ 15 anos e eliminar a exposição ao fumo ambiental;
4. Controlar a incidência e a prevalência de excesso de peso e obesidade na população infantil e escolar, limitando o crescimento.



O processo de implementação do Plano Nacional de Saúde assenta em quatro eixos transversais que devem estar refletidos em todas as ações e intervenções do Sistema de Saúde e em todos os setores com impacto na saúde.

Portugal é um país com baixa natalidade, uma população envelhecida, portadora de patologia crónica múltipla. Este documento visa dar uma resposta a este cenário epidemiológico e demográfico contribuindo para que se incentive a natalidade, para que os jovens venham a ser adultos mais saudáveis e para que existam respostas rápidas e eficazes aos desafios lançados tanto pelas doenças de evolução prolongada, doenças transmissíveis e trauma, como pelas emergências de saúde pública.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)

“Para vencer - material ou imaterialmente - três coisas definíveis são precisas: saber trabalhar, aproveitar oportunidades, e criar relações.”

(Fernando Pessoa, in 'Teoria e Prática do Comércio')

O **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** tem como intuito alcançar os objetivos com os quais se compromete, mas acima de tudo com o propósito de criar condições que proporcionem oportunidades aos que direta e indiretamente procuram o Programa e beneficiam das ações.

Procura-se a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e a promoção da sua inclusão nas suas mais variadas formas.

O Programa ambiciona não só ser um parceiro decisivo para um Portugal mais inclusivo, com mais e melhores empregos, mas também alcançar um elevado nível ético, promovendo a sua divulgação interna e externa, de forma aberta e transparente, com vista à melhor prossecução do interesse público.

O POISE assenta em 4 eixos:

- Eixo 1: Promover a Sustentabilidade e a Qualidade do Emprego - Acesso ao emprego; Igualdade de género; Adaptabilidade dos trabalhadores; Modernização do mercado de trabalho.
- Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem – Inserção Profissional.
- Eixo 3: Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação – Inclusão ativa; Igualdade de oportunidades; Acesso a serviços sustentáveis; Empreendedorismo social;
- Eixo 4: Assistência Técnica

Nível Regional/Local

CENTRO 2030

A Comissão Europeia aprovou o Programa Regional do Centro (Centro 2030) para o próximo período de programação 2021-2027. Através deste Programa, a região Centro dispõe de 2,2 mil milhões de euros de fundos europeus para financiar investimentos na região.

O Programa Centro 2030 destina-se a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região, no quadro da Política de Coesão da União Europeia. Através deste programa pretende-se operacionalizar a estratégia de desenvolvimento da região e as estratégias sub-regionais das Comunidades Intermunicipais.

O Programa Centro 2030 tem, cinco objetivos estratégicos:

- Centro + Competitivo

Investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente e no empreendedorismo. [?](#)

- Centro + Verde

Investindo na sustentabilidade, na economia circular, na transição energética e na mobilidade urbana sustentável.

- Centro + Conectado

Através de intervenções de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional.

- Centro + coeso e + próximo dos cidadãos

Através do apoio a estratégias de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento urbano sustentável.

- Centro + Social e Inclusivo

(Pilar Europeu dos Direitos Sociais), apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde.

PDM de Figueira de Castelo Rodrigo

O Plano Diretor Municipal do Município de Figueira de Castelo Rodrigo é outro documento com o qual se torna essencial fazer uma articulação deste PDS.

Carta Educativa de Figueira de Castelo Rodrigo

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”

(Artigo 10.º do Decreto-lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003)

A Carta Educativa do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo pretende ser um documento que permita adequar a oferta educativa do município à procura efetiva, por forma a que essa oferta se constitua como um instrumento gerador de desenvolvimento. É um documento que, de uma forma estruturada, permite racionalizar a oferta educativa no concelho adequando-a às suas necessidades e valorizando o papel das comunidades educativas que o integram e os projetos educativos das escolas.

A carta educativa do Município de Figueira de Castelo tem como objetivos melhorar a educação, o ensino, a formação e a cultura, bem como utilizar eficazmente os edifícios e equipamentos de um determinado território também no qual é pertinente a articulação com o Plano de Desenvolvimento Social de Figueira de Castelo Rodrigo.

Metodologia

O Plano de Desenvolvimento Social assenta numa variedade de pressupostos metodológicos que foram sistematizados desde o início da Rede Social. Foi possível cumprir os princípios da integração dos diversos planos, programas e medidas assim como projetos no terreno, realçando a articulação - conjugação de recursos, parcerias e objetivos.

Ao rever os recursos inventariados na síntese de cada área social, o Núcleo Executivo estabeleceu relações entre problemáticas, recursos e propostas, de forma a identificar algumas das prioridades de intervenção de forma inclusiva.

As estratégias metodológicas utilizadas para a definição de objetivos, ações, parcerias, acompanhamento, avaliação, e os recursos que constam no Plano de Desenvolvimento Social provêm do trabalho conjunto de instituições, entidades, comunidade, técnicos e todos os parceiros.

O Plano de Desenvolvimento Social de Figueira de Castelo Rodrigo tem como eixos prioritários de intervenção:

- Eixo 1 - Apoio a Grupos em Situação de Fragilidade Social (crianças, jovens e minorias étnicas);
- Eixo 2 - Emprego e Formação;
- Eixo 3 - Assistência à 3ª Idade
- Eixo 4 – Preservação do Ambiente.

Eixo 1- Apoio a Grupos em Situação de Fragilidade Social (crianças, jovens e minorias étnicas)

Problemas

- Pouca valorização da escola por parte da família;
- Desacreditação do papel da escola/professores;
- Défice de competências parentais, sociais e relacionais;
- Algum défice na articulação entre os diversos subsistemas do sistema educativo, saúde, emprego, segurança social, etc.);
- Algum desconhecimento dos direitos;
- Alguma incapacidade para utilizar os serviços ou recursos existentes;
- Perda crescente da população residente;
- Fraca densidade populacional;
- Toxicodependência;
- Alcoolismo;
- Violência doméstica;
- Défice de respostas de acolhimento ao nível do apoio da autonomia de vida das crianças e jovens em risco;
- Algum défice na rede de transportes públicos.

Minorias étnicas

- Dificuldade da sua inserção social, profissional e constante mobilidade;
- Forte dependência do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Obtenção de rendimentos de atividades não declaradas;
- Fraca afluência às consultas de planeamento familiar.

Objetivos Gerais

- Melhorar as condições de vida da população;

- Promover a inclusão social ativa.

Objetivos Específicos

- Apoiar a natalidade e a infância;
- Favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiência ou incapacidades, imigrantes e minorias étnicas e situações de isolamento social;
- Apoiar a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar;
- Melhorar as competências parentais, sociais e relacionais;
- Continuar a apoiar a qualidade e a eficiência do processo educacional;
- Continuar a apoiar estruturas de apoio a atividades de tempos livres para as crianças do Jardim de Infância, 1.º, 2.º, 3.º ciclo do ensino básico e secundário do concelho;
- Promover a qualificação de profissionais diversos e outros agentes educativos;
- Desenvolver atividades no âmbito da intervenção familiar no que se refere ao acompanhamento escolar e à participação da comunidade nas escolas;
- Intensificar o trabalho de Saúde em meio Escolar e planeamento familiar junto da população mais jovem do concelho;
- Dinamizar as áreas prioritárias da saúde, sendo elas a alimentação, higiene, saúde oral, segurança, vacinação, sexualidade, tabagismo, alcoolismo e dependência;
- Promover uma linha de intervenção intencional e continua no âmbito da prevenção primária das toxicodependências;
- Informar e orientar o imigrante.

Estratégias / Ações

- Garantir os cursos de Educação e Formação (CEF) e cursos profissionais;
- Articular com Conselho Municipal de Educação 2024/2025;
- Atividades de acompanhamento escolar por parte dos pais; 2024/2025;
- Desenvolvimento de projetos nas escolas que promovam o desenvolvimento parental e comunitário no processo educativo;
- Criação de materiais lúdicos, pedagógico de prevenção primária da saúde;

- Realizar atividades curriculares e de lazer de prevenção do tabagismo, alcoolismo, substâncias ilícitas, nutrição e gravidez na adolescência 2024/2025;
- Discussão e esclarecimento de dúvidas relacionadas com a sexualidade, métodos de contraceção e doenças sexualmente transmissíveis;
- Formação a docentes, alunos e comunidade em geral;
- Ações de sensibilização/formação de educação sexual, competências parentais e sociais.
- Ações para imigrantes, minorias étnicas.
- Curso de Português para Ucrânianos (Língua não materna) que iniciou em novembro de 2024.

Parcerias

- Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Hospital Sousa Martins;
- I.D.T. / C.A.T. da Guarda;
- Universidade da Beira Interior, UBI- Covilhã;
- IPG- Instituto Politécnico da Guarda / Escola de Enfermagem;
- Centro Distrital da Segurança Social;
- ACIDI; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural;
- GACI - Gabinete de apoio às comunidades ciganas;
- NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda / Associação Empresarial;
- Associação Comercial da Guarda;
- Freguesias do Concelho;
- IPSS'S do Concelho;
- IEFP- Centro de Emprego de Pinhel;
- Raia Histórica;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Cáritas Diocesana da Guarda

- Associações com sede no Município.

Recursos

- Planos, programas, medidas e parcerias: Município, Raia Histórica, Associação Comercial da Guarda, Centro de Emprego de Pinhel, Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo.
- Educação Física – Estimulação de atividades de âmbito desportivo aplicadas a faixas etárias infantojuvenis;
- Educação Especial;
- Ação Social Escolar;
- Apoios Educativos;
- Cursos profissionalizantes;
- Conselho Municipal de Educação;
- Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde;
- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;
- Plano Nacional de Saúde
- Consultas de:
 - Saúde do adulto;
 - Saúde Infantil;
 - Saúde Materna;
 - Planeamento Familiar;
 - Diabetes
 - Hipertensão;
 - Nutrição;
 - Psicologia;
 - Tratamentos de Fisioterapia;
 - Análises Clínicas;
- Saúde Oral nas escolas;
- Rastreios à população;
- Espaço das escolas;

- Freguesias do Concelho;
- Escolas Profissionais do distrito da Guarda;
- Potenciais turísticos;
- Centro de Emprego;
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social;
- Existência de Instituições extra concelhias que apoiam cidadãos portadores de deficiência, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- ATL's do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes;
- CLAE - Centro Local de Apoio ao Emigrante;
- GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante

Projetos e Candidaturas

- RAIÁ HISTÓRICA – Infraestruturas sociais e de saúde;
- Programa CLDS
- Programa Operacional; Respostas Integradas (PORI-CRI/IDT);
- Centro Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP);
- Centro de Acolhimento Temporário (CAT);
- Programa /projetos específicos dos Intervenientes;
- Programa Escolhas;
- POCH – Programa Operacional Capital Humano (Eixo 1 - Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens; Eixo 2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada);
- POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 Portugal + Igual.

Acompanhamento e Avaliação

- N.º de docentes envolvidos;
- N.º de pareceres emitidos pelo Conselho Municipal de Educação;
- N.º de atividades de acompanhamento escolar pelos pais;

- N.º de pais e encarregados de educação participantes;
- N.º de testes aplicados;
- N.º de cursos profissionais criados;
- % de insucesso / abandono escolar de 2023 a 2027;
- N.º de ações / formações realizadas;
- Diversidade de materiais lúdicos – pedagógicos criados;
- N.º de disciplinas com atividades curriculares de prevenção das áreas prioritárias de saúde;
- N.º de crianças e jovens envolvidos;
- N.º de jovens participantes;
- N.º de docentes e outros técnicos envolvidos;
- N.º de esclarecimentos efetuados na área da sexualidade;
- N.º de parceiros envolvidos;
- N.º de itinerários do concelho;
- N.º de atividades promovidas /concelho;
- N.º de CAT criado;
- N.º de gabinetes criados;
- N.º de ações de sensibilização/formação de competências parentais e sociais.

Eixo 2 – Emprego / Formação e Qualificação Profissional

Problemas

- Emprego precário (trabalho incerto /irregular);
- Falta de oportunidade de emprego;
- Défice na rede de transportes públicos;
- Baixa qualificação de mão – de – obra / Falta de habilitações literárias;
- Oferta formativa desajustada face às necessidades do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Défice de competências pessoais, relacionais sociais e profissionais.

Objetivo Geral

- Formar, qualificar, certificar e integrar pessoas.

Objetivos Específicos

- Apoio à criação de dinâmicas empresariais;
- Criar ações de formação /informação ajustadas às necessidades;
- Promover o Turismo Rural;
- Valorizar os recursos agrícolas locais.

Estratégias

- Garantir uma equidade no acesso à informação referente a programas e políticas de emprego;
- Adaptar as ações de formação à realidade do mercado de trabalho;
- Apoios financeiros e a acompanhamento psicossocial a indivíduos/famílias em situação de desemprego;
- Disponibilizar incentivos técnicos, logísticos e financeiros à implementação de micro e pequenas empresas no concelho;
- Valorizar e potenciar os recursos existentes tais como, o artesanato, a gastronomia, o património arquitetónico, arqueológico e, paisagístico e ambiental;
- Apostar na formação contínua dos ativos empregados, com vista a uma maior qualificação destes;
- Disponibilizar condições para o investimento e criação de novas empresas ou lógicas empresariais inovadoras e empreendedoras.

Parcerias

- Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- IEFP - Serviço de Emprego de Pinhel;
- Associação de Empresários da Guarda;

- Adegas Cooperativas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associações do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Freguesias do Concelho;
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social;
- NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda / Associação Empresarial.

Recursos

- Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- IPSS's do concelho;
- Ninho de Empresas;
- Freguesias do Concelho;
- Agrupamento de escolas;
- Planos, projetos e medidas;
- Oportunidade de Emprego associada à dinamização do Concelho;
- Homens e mulheres disponíveis para o emprego / Formação profissional;
- Apoio a atividades Artesanais / Criação de Circuitos Turísticos e Rotas Turísticas;
- Apoio a infraestruturas de apoio ao turismo (Parque de campismo, áreas de lazer...);
- Animação Cultural e Animação Ambiental;
- Roteiro Arqueológico;
- Instalações do Município;
- Escolas Profissionais do distrito da Guarda;
- Potencialidades Turísticas;
- Serviço de Emprego de Pinhel;
- Raia Histórica (Associação de Desenvolvimento Local);
- Empregadores do concelho (Administração Pública, IPSS'S, o Comércio e Agricultura);
- Centro Distrital da Segurança Social da Guarda;
- Cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Incentivos à contratação e Apoio à criação do Próprio Emprego (IEFP);
- Formação Profissional IEFP;

Projetos e Candidaturas

- Programas e medidas ativas de emprego;
- PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- POC – Programa Operacional Capital Humano (Eixo 3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade; Eixo 4 - Qualidade e inovação do sistema de educação e formação; Eixo 5 - Assistência Técnica);
- PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural;
- COMPETE 2030;
- Centro 2030;
- INTERREG: Divulgação de zonas turísticas entre Portugal / Espanha + Participação de Feiras e Certames.

Acompanhamento e Avaliação

- N.º de reuniões de acompanhamento pelos parceiros do grupo de trabalho;
- N.º de empresas criadas, n.º de apoios prestados aos empresários existentes;
- N.º de postos de trabalho criados;
- N.º de ações / formações realizadas;
- N.º de projetos apreciados e aprovados;
- N.º de parceiros envolvidos;
- N.º de famílias envolvidas.

Eixo 3 - Promoção da qualidade de vida da população idosa

Problemas

- Elevada taxa de envelhecimento;
- Crescente índice de envelhecimento;
- Elevado n.º de idosos sem estrutura familiar de suporte;
- Isolamento dos idosos;
- Degradação da habitação;

- Alcoolismo;
- Problemas de saúde;
- Insuficiência /inexistência de respostas para a patologia mental no Idoso (por exemplo Alzheimer e Parkinson);
- Elevado nº de idosos com baixos valores de reformas /subsídios deixando-os com problemas na gestão da sua vida diária;
- Insuficiência de acordos com a segurança social na valência de lar;
- Escassez de vagas na valência de lares;
- Défice nos transportes.

Objetivo Geral

- Ampliar e melhorar a rede de equipamentos sociais de apoio ao idoso assim como a qualificação dos recursos humanos a fim de promover a qualidade de vida dos idosos.

Objetivos Específicos

- Promover o envelhecimento ativo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência;
- Formação qualificada de profissionais na área da geriatria;
- Promover a formação ao longo da vida;
- Promover a socialização do idoso;
- Melhorar a rede de transportes;
- Melhorar os equipamentos sociais;
- Aumentar os níveis de proteção dos idosos;
- Diminuir a desertificação das freguesias mais isoladas e sem estruturas;
- Redimensionar, qualificar e dinamizar alguns programas/projetos sociais;
- Dinamização das IPSS's.

Estratégias /Ações

- Alargamento da rede de apoio à 3ª idade (Centro dia, apoio domiciliário, centro de convívio);
- Divulgação de programas de apoio às IPSS's;

- Banco local de Voluntariado;
- Criação de atelier onde o idoso pode ensinar na produção de artefactos;
- Sessões de Estimulação Cognitiva para os Idosos;
- Desempenho de atividades junto à comunidade, (Apoio a jardinagem, apoio nos jardins de infância e escolas do 1º ciclo, a lares e centros dia);
- Promoção de passeios, convívios, sessões de cinema, sessões de teatro;
- Projeto de animação desportiva sénior;
- Realização de diversas atividades lúdicas e recreativas;
- Realização de ações periódicas de formação/informação com os idosos, familiares, funcionários e dirigentes de instituições, centradas em temáticas como: diabetes, higiene pessoal, tensão arterial, alimentação;
- Ações de sensibilização dirigidas à comunidade em geral no âmbito do isolamento social;
- Promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações.

Parcerias

- Município de Figueira de Castelo Rodrigo (Apoio técnico para elaboração de candidaturas, transporte, técnicos das diversas áreas, espaços físicos...)
- Freguesias do Concelho;
- Centro Distrital da Segurança Social da Guarda;
- IPSS do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associações do Concelho;
- Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Universidade da Beira Interior;
- Instituto Politécnico da Guarda;
- Hospital Sousa Martins;
- Guarda Nacional Republicana.

Recursos

- Planos, projetos e medidas;
- Recursos humanos disponíveis para o emprego e formação na área da 3ª idade;

- Existência de espaços físicos a potenciar para respostas dirigidas à 3ª idade;
- Dinamismo das IPSS (S) concelhias;
- Intervenção junto de população idosa, nomeadamente a enquadrada em lares e centros de dia do concelho;
- Família;
- Comunidade;
- Existência de associações culturais, recreativas e desportivas em todas as freguesias do concelho;
- Possibilidade de recorrer a candidaturas e projetos;
- Dinamismo das IPSS's concelhias com intervenção junto deste grupo – alvo;
- Recetividade das IPSS (s) para formação interna e admissão de recursos técnicos;
- Existência de formadores qualificados;
- Circuitos pedestres;
- Piscinas Municipais;
- Serviço de Emprego de Pinhel;
- Centro Distrital da Segurança Social da Guarda;
- Academia Sénior
- Projeto de teleassistência a pessoas/idosos em situação de vulnerabilidade social;
- Programa de Apoio ao Idoso.

Projetos e Candidaturas

- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção Geral dos assuntos consulares e comunidades Portuguesas;
- INATEL 55+
- Promoção da qualidade de vida da população Idosa com o Complemento Solidário para Idosos (CSI);
- Programas /Projetos específicos dos intervenientes;
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
- Instituto da Segurança Social – Centro Distrital da Guarda;
- Plano Nacional de Saúde;

- Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017 – 2025;
- Programas e medidas ativas de emprego.

Acompanhamento e Avaliação

- N.º de idosos envolvidos;
- N.º de atividades desenvolvidas com os idosos e para os idosos;
- N.º de famílias envolvidas;
- N.º de valências criadas;
- N.º de parceiros envolvidos;
- N.º de ações de formação na área da Geriatria.
- N.º de melhorias de habitações.

Eixo 4 – Preservação do Ambiente

Problemas

- Incêndios e Desflorestação;
- Elevada produção de resíduos;
- Inadequada gestão dos resíduos sólidos urbanos;
- Falta de sensibilização para as questões ambientais;
- Reduzida área florestal do concelho devido à intensidade de fogos e sobrepastoreio;
- Abandono do campo;
- Aumento da sinistralidade;
- Zonas de grande altitude;
- Difíceis acessos.

Objetivo Geral

- Valorizar a floresta;
- Promover o meio ambiente;
- Informar e divulgar formas de preservação do meio ambiente.

Objetivos específicos

- Sensibilizar a população para a importância das ações de prevenção;
- Incentivar alterações e mudanças de atitudes e/ou comportamentos da população;
- Promover a prevenção dos incêndios;
- Incentivar o repovoamento florestal;
- Diminuir o risco de poluição;
- Preservar o meio ambiente enquanto forma de promoção de uma vida saudável;
- Promoção das boas práticas ambientais;

- Realizar ações de informação e sensibilização sobre formas de prevenção de incêndios florestais;
- Ações de sensibilização à população sobre a necessidade de reflorestação das áreas ardidas;
- Incentivar as entidades locais para proceder à medição do nível de poluição dos cursos de água e da qualidade do ar;
- Mudança de comportamento em relação às questões ambientais;
- Incentivar e orientar toda a população, desde os mais jovens aos mais idosos, para a recolha seletiva de resíduos.

Estratégias/ Ações

- Aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Promover sessões de informação e sensibilização sobre formas de prevenção de incêndios;
- Promover sessões de informação e formação sobre o tratamento das áreas ardidas;
- Promover e incentivar o repovoamento florestal, aumentando a área verde do concelho;
- Qualificar o processo de recolha de resíduos urbanos;
- Promover a existência de protocolos com Instituições para a limpeza e manutenção das linhas de água;
- Melhorar o sistema/estruturas de tratamento dos afluentes domésticos do concelho;
- Divulgar boas práticas ambientais através dos meios de comunicação locais;
- Aumentar o reforço na vigilância e fiscalização;
- Promover sessões de informação e divulgação sobre a importância da preservação do meio ambiente;
- Promover a existência de protocolos com as instituições e freguesias para realizar a limpeza e a manutenção das linhas e cursos de água;
- Promover os recursos naturais com a valorização da fileira florestal;
- Desenvolver campanhas de Educação Ambiental;

- Promover ações de informação, sensibilização e divulgação sobre a recolha seletiva de resíduos;
- Incentivar para a limpeza e segurança dos espaços verdes com vista a uma maior e melhor qualidade ambiental;
- Apoiar a atividade florestal, incentivar e garantir a gestão sustentável da floresta;
- Apoiar a reabilitação imobiliária e a recuperação do património e dos espaços construídos;
- Sensibilização para a importância de as atividades de uso tradicional do fogo ocorrerem em épocas menos sensíveis;
- Incentivar a gestão de comportamentos humanos, para diminuir o número de ocorrências;
- Ações de sensibilização e informação da população e públicos-alvo;
- Promoção do correto uso do fogo.

Recursos e Parcerias

- Município de Figueira de Castelo Rodrigo – Gabinete do Ambiente;
- Freguesias do Concelho;
- Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo;
- GNR de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- AJAIC - Associação de Jovens Agricultores do Interior Centro;
- Serviço de Emprego de Pinhel;
- Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Plataforma da Ciência Aberta;
- Equipa de Sapadores Florestais;
- Associação Transumância e Natureza;
- Resiestrela;
- Águas do Vale do Tejo;
- Proteção Civil;
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;

- CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- AMCB – Associação de Municípios da Cova da Beira;
- Floresta Comum.

Projetos e Candidaturas

- Raia Histórica;
- CENTRO 2030;
- Fundo Ambiental;
- Fundo Florestal Permanente;
- POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos;
- INTERREG;
- LIFE - *L'Instrument Financier pour l'Environment*.

Acompanhamento e Avaliação

- Nº sessões de informação/sensibilização/divulgação;
- Nº de atividades realizadas sobre boas práticas ambientais;
- Nº de ações de formação sobre Ambiente.